

O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento*

*David Harvey***

Resumo:

Processos predatórios de desapossamento, com diversos recursos à violência, o que passa pela intervenção estatal, longe de se restringirem a um momento encerrado na pré-história do capitalismo, constituem, ao lado da reprodução ampliada, um dos eixos fundamentais da expansão deste modo de produção e seu exame é imprescindível para a compreensão do “novo imperialismo”.

A longa sobrevivência do capitalismo, apesar de múltiplas crises e reorganizações acompanhadas por terríveis prognósticos, tanto da esquerda quanto da direita, sobre sua iminente extinção, é um mistério que requer esclarecimento. Lefebvre acreditava ter encontrado a chave em sua famosa tese de que o capitalismo sobrevive através da produção do espaço, mas não explicou exatamente como isto ocorria. Tanto Lênin quanto Luxemburgo, por diferentes razões e argumentos, consideravam que o imperialismo – uma determinada forma de produção de espaço – era a resposta para o enigma, ainda que ambos argumentassem que esta solução fosse limitada devido às suas próprias contradições.

Nos anos 70 tentei abordar este problema à luz da análise dos “ajustes espaciais” e seu papel no interior das contradições da acumulação de capital¹. Argumentava que um minucioso exame das formas em que o capital produz espaço ajudaria a construir uma teoria do desenvolvimento desigual e integrar melhor os fenômenos geográficos de expansão e desenvolvimento nas várias reformulações e revisões da teoria da acumulação de capital de Marx que então apareciam, e, conseqüentemente, integrar tais teorias com aquelas do imperialismo e dependência, as quais também eram objetos de sérios debates naquele momento. Agora, com o reexame do discurso, tanto à esquerda quanto à direita, no que se refere ao chamado “novo

* Artigo publicado originalmente em *Socialist Register*, julho/03. Tradução de Maria Izabel Lagoa, pesquisadora do NEILS. Revisão técnica de Lúcio F. R. Almeida. Neste número, publicamos a primeira parte do presente artigo. A segunda sairá no número 15.

** Geógrafo, autor de *A condição pós-moderna*, *The Limits to Capital*, *Espaços de esperança* e *O novo imperialismo*.

¹ A maioria destes trabalhos dos anos 70 e 80 foi reeditada em Harvey (1999 e 2001).

imperialismo^{2cc}, parece útil reexaminar essas idéias gerais à luz dos acontecimentos atuais.

A tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de superacumulação (Harvey, 1999). Tais crises manifestam-se em excedentes simultâneos de capital e de força de trabalho sem que aparentemente exista nenhuma forma de coordená-los para realizar alguma tarefa socialmente produtiva. Portanto, se a desvalorização (e mesmo a destruição) de capital e de força de trabalho não se seguirem, então devem ser encontradas formas para absorver o excedente. Expansão geográfica e reorganização espacial são a saída possível. Mas isto tampouco pode se dissociar dos ajustes temporais, uma vez que expansão geográfica freqüentemente acarreta investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo) que demorariam muitos anos para realizar seu valor através da atividade produtiva que apoiavam.

Proponho, então, aceitar o argumento de Brenner (2002) de que o capitalismo global tem sofrido um crônico problema de superacumulação desde os anos 70. Interpreto a volatilidade do capitalismo internacional durante esses anos como uma série de ajustes espaço-temporais que fracassaram, mesmo a médio prazo, ao tratar de problemas de superacumulação. Foi, entretanto, através da orquestração de tal volatilidade que os Estados Unidos pretendiam preservar sua posição hegemônica dentro do capitalismo mundial (Gowan, 1999). A recente guinada rumo a um imperialismo aberto respaldado pela força militar por parte dos Estados Unidos, pode ser visto como um sinal de fraqueza na dita hegemonia frente às sérias ameaças de recessão e ampla desvalorização em sua própria casa, como oposição aos diversos ataques de desvalorização anteriormente infligidos em outras zonas (América Latina nos anos 80 e no início dos anos 90 e, ainda mais seriamente, a crise que consumiu o Leste e o Sudeste Asiáticos em 1997 e se arrastou até a Rússia e boa parte da América do Sul). Mas eu também gostaria de argumentar que a incapacidade de acumular por meio da reprodução ampliada tem sido compensada por um aumento das tentativas de acumulação mediante desapossamento. Estas são em definitivo, as características principais das novas formas do imperialismo. Uma vez que o debate sobre este tema excede este artigo, continuo a exposição de maneira esquemática e simplificada, deixando a análise mais detalhada para uma publicação posterior (Harvey, 2004).

O ajuste espaço-temporal e suas contradições

2 O tema do "novo imperialismo" foi tratado pela esquerda por Panitch, (2000), 5-20; ver também Gowan, Panitch e Shaw (2001). Outras observações importantes são feitas por Petras e Veltmeyer (2001), Went (2002_03); Amin (2001); Ignatieff (2003) e Cooper (2002).

A idéia principal sobre o ajuste espaço-temporal é bastante simples. Superacumulação em um dado território implica em um excedente de mão-de-obra (aumento do desemprego) e excedente de capital (que se manifesta num mercado abarrotado de bens de consumo que não podem ser vendidos sem perdas, como uma alta improdutividade e/ou como excedente de capital líquido carente de possibilidades de investimento produtivo). Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b.

A combinação de a e b é particularmente importante quando focamos o capital fixo de natureza independente imobilizado em um ambiente construído. Isto providencia as infraestruturas físicas necessárias para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo (tudo desde parques industriais, portos e aeroportos, sistemas de transporte e comunicação, água e esgoto, moradia, hospitais e escolas). Em suma, não se trata de um setor econômico menor, mas capaz de absorver massivas quantidades de capital e de mão-de-obra, particularmente sob condições de rápida expansão e intensificação geográfica.

A realocação do excedente de mão-de-obra e capital por tais investimentos requer a mediação das instituições financeiras e/ou estatais, que têm capacidade de gerar e oferecer crédito. A quantidade de valores fictícios criados equivale à superacumulação de capital na produção de camisas e sapatos. Tal capital fictício pode ser realocado fora do circuito de consumo em projetos futuramente orientados, como construção de estradas ou na educação, revigorando assim a economia (incluindo, talvez, o aumento da demanda por camisas e sapatos por parte dos professores e trabalhadores da construção)³. Se os gastos em construções ou melhoras sociais se revelarem produtivos (facilitando no futuro formas mais eficientes de acumulação de capital), então os valores fictícios são reduzidos (seja diretamente por amortização da dívida ou indiretamente por maiores retornos através de impostos que permitem pagar a dívida pública). De outra forma, a superacumulação na construção ou educação pode tornar-se evidente com a desvalorização destes bens (moradia, escritórios, parques industriais, aeroportos, etc.) ou em dificuldades para pagar a dívida estatal originada com as infraestruturas física e social (crise fiscal do Estado).

O papel de tais investimentos na estabilização e desestabilização do capitalismo tem sido significante. Por exemplo, a origem da crise de 1973 foi um colapso mundial dos mercados imobiliários (começando com o Herstatt Bank na Alemanha, que arrastou o Franklin National nos Estados Unidos),

³ O conceito marxiano de "capital fixo independente" e "capital fictício" são elaborados em Harvey (1999), capítulos 8 e 10, respectivamente, e sua importância política é considerada em Harvey (2001), capítulo 15, "The geopolitics of capitalism".

seguido imediatamente pela falência virtual da cidade de Nova Iorque em 1975. Por sua vez, a longa década de estagnação no Japão, em 1990, iniciou-se com o estouro da bolha especulativa existente em ativos aplicados no mercado imobiliário e em outros bens, que pôs em risco todo o sistema bancário; o colapso asiático em 1997 começou com o rompimento das bolhas na Tailândia e Indonésia; e o vigor especulativo nos mercados imobiliários após o início de uma recessão geral em todos os outros setores desde meados de 2001, foi o mais importante impulso para as economias estadunidense e inglesa. Desde 1998, a China tem mantido sua economia em crescimento e tem buscado absorver seu grande excedente de trabalho (controlando a ameaça de descontentamento social) mediante financiamentos com endividamento de investimentos em mega-projetos que deixam pequena a imensa represa das Três Gargantas (8500 milhas de ferrovias, rodovias e projetos de urbanização, trabalhos de engenharia massivos para desviar água do rio Yangtze para o Amarelo, novos aeroportos, etc.). Surpreende-me que a maioria das análises sobre a acumulação de capital (incluindo a de Brenner) ignore completamente estes temas ou os tratem como epifenômenos.

O termo “ajuste” tem, entretanto, um duplo sentido. Uma certa quantidade do capital total torna-se literalmente fixada em alguma forma física por um período de tempo relativamente longo (dependendo de seu tempo de vida físico e econômico). Existe um sentido no qual gastos sociais também se tornam territorializados e permanecem geograficamente imóveis através de compromissos estatais (de qualquer forma, não irei considerar explicitamente as infraestruturas sociais uma vez que o tema é complexo e requer um espaço maior para discuti-lo). Parte do capital fixo é geograficamente móvel (como a maquinaria que pode facilmente ser deslocada de um lugar para o outro), mas o resto está tão fixado ao solo que não se pode movê-lo sem destruí-lo. Os aviões são móveis, entretanto os aeroportos aos quais eles voam não.

O “ajuste” espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para soluções das crises capitalistas mediante adiamento temporal e expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra. Tais expansões geográficas, reorganizações e reconstruções freqüentemente ameaçam os valores fixos, mas ainda não realizados. Vastas quantidades de capital fixo em um lugar atuam como um obstáculo na busca por ajuste espacial em outro lugar. Os valores dos ativos que constituem a cidade de Nova Iorque não eram e não são triviais e a ameaça de sua desvalorização massiva em 1975 (e agora de novo em 2003) foi (e é) vista por muitos como a maior ameaça ao futuro do capitalismo. Se o capital sai dali, deixa um rastro de devastação (a desindustrialização experimentada no

coração do capitalismo, como Pittsburgh e Sheffield, assim como em muitas outras partes do mundo, como Bombaim, nos anos 70 e 80, é um exemplo disso). Por outro lado, se o capital sobreacumulado não se move ou não pode se mover, será diretamente desvalorizado. Resumo do processo: o capital necessariamente cria, em um primeiro momento, um ambiente físico à sua própria imagem unicamente para destruí-lo depois, quando busca expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções para as crises de superacumulação que o afetam ciclicamente. Esta é a história da destruição criativa (com todas as suas conseqüências sociais e ambientais negativas) escrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo.

Outra série de contradições geralmente surge dentro da dinâmica das transformações espaço-temporais. Se o excesso de capital e de força de trabalho existe em dado território (como uma nação ou Estado) e não pode ser absorvida internamente (tanto por ajustes geográficos ou gastos sociais) então devem ser enviados a outro lugar a fim de encontrar um novo terreno para sua realização rentável para não serem desvalorizados. Isto pode ocorrer de diversas formas. Mercados para excedentes de produtos podem ser encontrados, mas os espaços aos quais se enviam os excedentes devem possuir reservas de meio de pagamentos como o ouro ou dinheiro (dólar) ou bens intercambiáveis. O problema de superacumulação é aliviado apenas por pouco tempo (pois se troca meramente o excedente de bens por dinheiro ou outros bens, ainda que no caso de a troca se realizar em matérias-primas ou outros insumos mais baratos seja possível aliviar temporariamente a pressão da baixa taxa de lucro no lugar). Se o território não possuir reservas ou bens para trocar, ele ou deve achá-las (os ingleses obrigaram a Índia a abrir o comércio de ópio com a China no século XIX e extraíndo ouro chinês através do comércio indiano) ou deve receber crédito ou assistência. Neste caso um território recebe o empréstimo ou a doação do dinheiro com que compra o excedente de mercadorias geradas no território em questão. A Inglaterra fez isto com a Argentina no século XIX e o excedente do comércio japonês durante os anos 90 foi largamente absorvido por empréstimos aos Estados Unidos destinados a sustentar o consumo dos produtos japoneses. Simples transações comerciais e de créditos deste tipo podem aliviar problemas de superacumulação ao menos em curto prazo. Elas funcionam muito bem sob condições de desenvolvimento geográfico desigual em que os excedentes disponíveis de um território são compensados pela carência dos mesmos em outro local. Mas, simultaneamente, o recurso ao sistema de créditos volta aos territórios vulneráveis aos fluxos de capital especulativo e fictício, que podem tanto estimular como minar o desenvolvimento capitalista e mesmo, como ocorreu recentemente, ser usado para impor selvagens desvalorizações nesses territórios vulneráveis.

A exportação de capital, particularmente quando acompanhada pela exportação de força de trabalho, opera de maneira bastante distinta e freqüentemente surte efeitos em prazos mais longos. Neste caso, excessos de capital (geralmente capital-dinheiro) e trabalho são enviados a outros lugares

para pôr em movimento a acumulação de capital no novo espaço. Excedentes gerados na Inglaterra no século XIX e enviados para os Estados Unidos, para as colônias no sul da África, Austrália e Canadá, criaram novos e dinâmicos centros de acumulação nestes territórios, gerando uma demanda de bens da Inglaterra. Uma vez que podem transcorrer muitos anos para que o capitalismo amadureça nestes novos territórios (isso se algum dia o fizer) até o ponto onde eles, também, comecem a produzir superacumulação de capital, o país de origem pode esperar beneficiar-se por um período considerável de tempo. Este é particularmente o caso quando os bens demandados em outra parte são de tipo imobiliário. Investimentos de portfólio podem manter a construção do capital fixo (ferrovias e represas) requeridas como base para uma sólida acumulação no futuro. Mas a taxa de retorno destes investimentos a longo prazo no ambiente construído depende da evolução de uma forte dinâmica de acumulação no país receptor. A Grã-Bretanha foi assim financiadora da Argentina na última parte do século XIX. Os Estados Unidos, por meio do Plano Marshall para a Europa (Alemanha em particular) e Japão, viu claramente que sua própria segurança econômica (deixando de lado o aspecto militar derivado da Guerra Fria) dependia da revitalização da atividade capitalista em tais lugares.

As contradições surgem porque os novos espaços dinâmicos de acumulação de capital geram excedentes que devem ser absorvidos através da expansão geográfica. Japão e Alemanha tornaram-se competidores do capital estadunidense desde o final dos anos 60 em diante de modo parecido ao como os Estados Unidos superaram o capital inglês (e colaboraram para derrubada do império britânico) no transcurso do século XX. É sempre interessante delimitar o momento em que o sólido desenvolvimento interno transborda em uma busca por ajustes espaço-temporais. O Japão fez isso durante os anos 60, primeiro através do comércio e em seguida por meio da exportação de capital como investimentos diretos, primeiro para a Europa e os Estados Unidos e mais recentemente na forma de investimentos massivos (diretos e de portfólio) para o Leste e Sudeste da Ásia e, por último, mediante empréstimos (particularmente para os Estados Unidos). A Coreia do Sul de repente se voltou para o exterior nos anos 80, seguida por Taiwan nos anos 90. Os dois países exportaram não apenas capital financeiro, mas algumas das mais impiedosas práticas de gerenciamento do trabalho imagináveis, como a terceirização feita pelo capital multinacional ao redor do mundo (na América Central, na África, assim como no resto do Sul e Leste da Ásia). Mesmo recentemente, países que tiveram sucesso ao aderirem ao desenvolvimento capitalista, rapidamente se encontraram frente à necessidade de ajustes espaço-temporais devido a sua superacumulação de capital. A rapidez com a qual certos territórios, como Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e agora até mesmo a China deixaram de ser receptores líquidos para serem territórios exportadores tem sido surpreendente, comparada ao ritmo lento de períodos anteriores. Mas, pela mesma razão, tais territórios devem adaptar-se rapidamente à pressão interna de seus próprios ajustes espaço-temporais. A

China, absorvendo excedentes na forma de investimentos diretos estrangeiros do Japão, Coréia e Taiwan, está rapidamente suplantando estes países em muitos setores de produção e exportação (particularmente aqueles de baixo valor agregado e de trabalho intensivo, mas também está se movendo em direção aos bens de consumo de alto valor agregado). A generalizada sobrecapacidade que Brenner identifica pode desta forma decompor-se e proliferar-se em uma cascata de ajustes espaço-temporais, primeiro no Sul e Leste da Ásia, mas com elementos adicionais na América Latina (Brasil, México e Chile em particular) e somados agora com a Europa Oriental. E em uma estranha reviravolta, explicável em grande parte pelo papel do dólar como moeda de reserva global que confere o poder de senhoriação, os Estados Unidos, com o imenso endividamento nos últimos anos, têm absorvido capitais excedentes principalmente do Leste e Sudeste da Ásia.

De qualquer maneira, o resultado final é um aumento na ferocidade da concorrência internacional na medida em que múltiplos e dinâmicos centros de acumulação de capital emergem para competir no cenário mundial em meio a importantes correntes de superacumulação. Como nem todos podem ter sucesso em longo prazo, ou os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização ou confrontos geopolíticos emergem na forma de guerras comerciais, guerras monetárias e até mesmo confrontos militares (do tipo que nos deram duas guerras entre potências capitalistas no século XX). Neste caso o que se exporta é desvalorização e destruição (do tipo que as instituições financeiras estadunidenses induziram o Leste e o Sudeste da Ásia em 1997-8) e os ajustes espaço-temporais assumem formas mais sinistras. Existem, entretanto, outros pontos que precisam ser assinalados para melhor compreender este processo.

Contradições internas

Em sua *Filosofia do Direito*, Hegel (1967) aponta como a dialética interna da sociedade burguesa, que produz uma superacumulação de riqueza por um lado e uma multidão de pobres por outro, leva à busca por soluções através do comércio externo e das práticas coloniais e imperiais. Hegel rejeita a idéia de que possam existir formas de solucionar os problemas de desigualdade sociais e instabilidade através de mecanismos internos de redistribuição. Lênin (s.d.) cita Cecil Rhodes ao dizer que o colonialismo e o imperialismo eram a única maneira possível de evitar a guerra civil. Relações e lutas de classes em uma formação social ligada a um território causam impulsos de buscar ajustes espaço-temporais em algum outro lugar.

Um exemplo ilustrativo do final do século XIX é o de Joseph Chamberlain. Conhecido como Joe, o radical, se identificava estreitamente com os interesses liberais manufatureiros de Birmingham e inicialmente, durante as guerras afegãs da década de 1850, se opunha ao imperialismo. Dedicou-se à reforma educativa e à melhoria das infraestruturas físicas e sociais da produção e do consumo em sua cidade natal. Pensava que isto ofereceria uma saída produtiva para os excedentes, que devolveriam seu

valor a longo prazo. Figura importante dentro do movimento liberal conservador, foi testemunha de primeira mão do ressurgimento da luta de classes na Grã-Bretanha e em 1885 realizou um celebrado discurso no qual convocava as classes proprietárias a assumir suas responsabilidades sociais (melhorar as condições de vida dos menos favorecidos e investir em infraestruturas sociais e físicas em nome do interesse nacional) em lugar de preocupar-se apenas com seus direitos individuais como proprietários. O escândalo que isto originou entre as referidas classes forçou-o a se retratar e, deste momento em diante, tornou-se o mais ardente defensor do imperialismo (como secretário colonial, levou a Grã-Bretanha ao desastre da guerra dos Boers). Esta trajetória profissional foi bastante comum no período. Jules Ferry na França, um ardente defensor das reformas internas (especialmente da educação) nos anos 60, assumiu a defesa do colonialismo logo após a Comuna de 1871, levando a França ao atoleiro do Sudeste Asiático, que culminou com a derrota de Dien Bien-Phu, em 1954; Francesco Crispi procurou resolver o problema agrário no sul da Itália por meio da expansão imperialista na África; e até Theodore Roosevelt, nos Estados Unidos, preferiu apoiar as práticas coloniais ao invés das reformas internas, depois que Frederic Jackson declarou (erroneamente, ao menos no que se refere às oportunidades de investimentos) que a fronteira americana estava fechada⁴.

Em todos esses casos, a mudança para uma forma liberal de imperialismo (associada a uma ideologia de progresso e a uma missão civilizatória) não foi resultado de imperativos econômicos absolutos, mas da falta de vontade política, por parte da burguesia, para renunciar a determinados privilégios de classe, bloqueando assim qualquer possibilidade de absorver a superacumulação através de reformas sociais internas. A feroz oposição a qualquer política redistributiva ou de melhoria social, que existe nos Estados Unidos, não deixa outra opção do que procurar no exterior soluções para suas dificuldades econômicas. Políticas internas de classe deste tipo forçaram muitas potências européias a buscar no exterior soluções para seus problemas desde 1884 até 1945, e isto deu uma tonalidade especial às formas que o imperialismo europeu adotou. Muitas figuras liberais e mesmo radicais tornaram-se orgulhosos imperialistas durante estes anos e grande parte do movimento operário foi persuadido a apoiar o projeto imperialista como um fator essencial ao seu próprio bem-estar. Isto requeria que os interesses burgueses se colocassem à frente do Estado, do aparato ideológico e do poder militar. Dessa forma, em minha opinião, Arendt (1968: 18) interpreta corretamente este imperialismo eurocêntrico como “a primeira etapa do domínio político da burguesia e não a última fase do capitalismo”

⁴ Toda esta história de mudanças radicais das soluções internas até as externas para os problemas sócio-políticos derivados da dinâmica da luta de classe está explicado em uma pouco conhecida, mas fascinante coleção de Julien, C-A., Bruhat, J., Bourgin, C. Crouzet, M. and Renouvin P. *Les politiques d'expansion imperialiste*, Paris, PUF, 1949, na qual são examinados e comparados detalhadamente Ferry, Chamberlain, Roosevelt, Crispi e outros.

como foi descrito por Lênin⁵. Examinarei mais detalhadamente esta idéia na conclusão.

Medidas institucionais de mediação para a projeção de poder sobre o espaço

Em um artigo recente, Henderson (1999: 327-368) reconhece a importância dos ajustes espaço-temporais como uma solução para a superacumulação, mas observa que a diferença, em 1997-98, entre Taiwan e Cingapura (que escaparam relativamente ilesos da crise, com exceção de uma desvalorização da moeda) e Tailândia e Indonésia (que sofreram um colapso econômico e político quase total) se explica pelas diferenças nas políticas estatais e financeiras. Os primeiros territórios se mantiveram isolados dos fluxos especulativos em seus mercados imobiliários e financeiros mediante fortes controles estatais, enquanto os últimos não o fizeram. Diferenças deste tipo são muito importantes. As formas assumidas pelas instituições mediadoras são produto da dinâmica da acumulação de capital.

Claramente, o conjunto de turbulências nas relações entre Estado, supraestado e poderes financeiros, por um lado e, por outro, a dinâmica geral de acumulação de capital (através da produção e das desvalorizações seletivas) tem sido um dos mais característicos e mais complexos elementos na dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual e na política imperialista do período iniciado em 1973⁶. Acredito que Gowan está correto ao analisar a reestruturação radical do capitalismo internacional pós-1973 como uma série de apostas desesperadas por parte dos Estados Unidos para tentar manter sua posição hegemônica no cenário internacional frente à Europa, Japão e mais tarde ao Leste e Sudeste Asiático. Isto começou durante a crise de 1973 com a dupla estratégia de Nixon baseada na elevação do preço do petróleo e na desregulamentação financeira. Os bancos estadunidenses receberam o direito exclusivo de reciclar a grande quantidade de petrodólares que era acumulada na região do Golfo. Isto contribuiu para voltar a centralizar nos Estados Unidos a atividade financeira e em

⁵ Existem muitos paralelismos entre a análise de Arendt no século XIX e a nossa situação atual. Consideremos por exemplo o seguinte trecho: "A expansão imperialista tem sido impulsionada por uma curiosa forma de crise econômica, a sobreprodução de capital e a criação de dinheiro "supérfluo", produto do sobrepoupança que não pode mais encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais. Pela primeira vez, investimentos de poder não abriam caminho para o investimento de dinheiro, mas a exportação de poder se limitava a seguir, timidamente, a exportação de dinheiro, visto que os investimentos incontroláveis em países distantes ameaçavam transformar longos estratos sociais em apostadores, para mudar toda a economia capitalista de sistema de produção para sistema de especulação financeira e realocar os benefícios da produção pelos benefícios das comissões. A década imediatamente anterior a era imperialista, a de ^{setenta do século XIX} testemunhou um aumento sem precedentes nas fraudes, nos escândalos financeiros e especulações nas bolsas de valores" (p. 15).

⁶ Brenner (2002) apresenta o relato mais geral e sintético desta turbulência. Detalhes sobre o desmoronamento do Leste Asiático podem ser encontrados em Wade & Veneroso (1999: 3-23); Henderson, op. cit; Johnson, C. Blowback (2000), capítulo 9, o artigo especial da *Historical Materialism*, nº 2 (2001) "Focus on East Asia after the crisis", (particularmente Burkett & Hart-Landsberg, "Crisis and recovery in East Asia: the limits of capitalist development, pp. 3-48).

contrapartida resgatou Nova Iorque de sua própria crise econômica. Criou um poderoso regime financeiro Wall Street/Federal Reserve⁷, com poderes de controle sobre as instituições financeiras globais (tais como o FMI) e capaz de fazer ou quebrar muitas economias mais fracas através da manipulação do crédito e das práticas de administração da dívida. De acordo com Gowan, este regime monetário e financeiro foi utilizado por sucessivas administrações estadunidenses “como um formidável instrumento de políticas de estado e controle econômico para impulsionar tanto o processo de globalização quanto as transformações nacionais neoliberais”. O regime se desenvolveu através das crises. “O FMI cobre os riscos e assegura que os bancos estadunidenses não percam (os países pagam através de ajustes estruturais, etc.) e a fuga de capitais provenientes de crises localizadas no resto do mundo acaba reforçando o poder de Wall Street ...” (Gowan, 2001, 23 e 35). O efeito disto foi a projeção do poder econômico estadunidense para o exterior (em aliança com outros quando possível), para forçar a abertura de mercados, particularmente aos fluxos financeiro e de capital (atualmente um requisito para integrar o FMI), e impor outras políticas neoliberais (culminando com a OMC) sobre boa parte do resto do mundo.

Existem dois aspectos importantes a serem destacados sobre este sistema. Primeiro, o livre comércio de mercadorias é freqüentemente descrito como uma abertura do mundo a uma concorrência livre e aberta. Mas, como Lênin observou há muito tempo, este argumento falha frente ao poder de monopólio ou oligopólio (tanto na produção quanto no consumo). Os Estados Unidos, por exemplo, têm repetidamente utilizado a arma de negar o acesso ao enorme mercado estadunidense para forçar outras nações a aceitar seus desejos. O mais recente (e crasso) exemplo disto nos é oferecido por Robert Zoellick, representante de comércio dos Estados Unidos, ao anunciar que se Lula, o recente presidente eleito no Brasil pelo Partido dos Trabalhadores, não se alinhasse com os planos de livre mercado para a América, seria forçado a “exportar para a Antártida”. Taiwan e Cingapura foram forçadas a aderir à OMC e, conseqüentemente, a abrir seu mercado financeiro ao capital especulativo, frente às ameaças americanas de negar o acesso ao seu mercado. Diante da insistência do Federal Reserve, a Coréia do Sul foi forçada a fazer o mesmo como condição para que o FMI a financiasse em 1998. Os Estados Unidos planejam agora agregar uma cláusula de livre acesso aos mercados, segundo o modelo estadunidense, nas “ajudas de risco” que oferecem aos países pobres. Na esfera produtiva, os oligopólios localizados majoritariamente nas regiões capitalistas centrais controlam efetivamente a produção de sementes, fertilizantes, eletrônicos, programas de computador, produtos farmacêuticos, produtos do petróleo e muito mais.

Sob estas condições, a abertura dos mercados não amplia a concorrência, mas apenas cria oportunidades para a proliferação de poderes de monopólio com todas suas conseqüências sociais, ecológicas, econômicas

7 Vários nomes foram propostos para isto. Gowan opta por chamar de Dollar Wall Street Regime, mas eu prefiro a denominação mais complexa Wall-Street-Treasury-IMF sugerida por Wade and Veneroso.

e políticas. O fato de que aproximadamente dois terços do comércio exterior se concentram atualmente em transações dentro e entre as principais corporações transnacionais é um indicador desta situação. Até mesmo algo aparentemente benigno como a Revolução Verde, como a maioria dos comentaristas concorda, acompanhou o incremento da produtividade agrícola com uma maior concentração de riqueza neste setor e um maior nível de dependência dos monopólios através de todo o Sul e Leste da Ásia. A penetração no mercado da China pelas companhias de tabaco estadunidense compensa as perdas em seu próprio mercado e isto certamente gerará uma crise da saúde pública nas próximas décadas. Em todos estes aspectos, os argumentos que apresentam o neoliberalismo como uma concorrência ao invés de um controle monopólico revelam-se fraudulentos, camuflados, como de costume, pelo fetichismo da liberdade de mercado. Livre mercado não significa mercado justo.

Existe também, como reconhecem até mesmo defensores do mercado livre, uma imensa diferença entre o livre mercado de mercadorias e a liberdade de movimento do capital financeiro (Bahgwati, 1998: 7-12). Isto propõe imediatamente o problema de qual forma de liberdade de mercado de que se está falando. Alguns, como Bahgwati, defendem ferozmente o livre comércio de bens, mas resistem à idéia de que isto necessariamente seja positivo para os fluxos financeiros. A dificuldade aqui é a seguinte. De um lado os fluxos de capital são vitais para os investimentos produtivos e para as realocações de capital de uma linha ou lugar de produção a outros. Eles também jogam um importante papel ao equilibrar as necessidades de consumo (de moradia, por exemplo) com as atividades produtivas, em um mundo espacialmente desintegrado, com excedentes em um lugar e déficits em outro. Em todos esses aspectos, o sistema financeiro (com ou sem participação do Estado) é vital para coordenar a dinâmica da acumulação de capital em um contexto de desenvolvimento geográfico desigual. Mas o capital financeiro também engloba uma grande quantidade de atividades improdutivas nas quais dinheiro é simplesmente utilizado para gerar mais dinheiro através da especulação em mercados de futuro, valores monetários, dívidas e outros. Quando grandes quantidades de capital se tornam disponíveis para tais propósitos, então mercados de capital abertos se convertem em veículos para atividades especulativas algumas das quais se tornam profecias auto-realizáveis, como ocorreu, durante os anos 90, com os “ponto.com” e as “bolhas” dos mercados de ações ou os *hedge funds*, que contavam com trilhões de dólares à sua disposição, e forçaram a bancarrota da Indonésia e até mesmo da Coréia do Sul, independentemente da força de suas economias. Muito do que aconteceu em Wall Street não tem nada a ver com facilitar o investimento em atividades produtivas. É puramente especulação. Daí as descrições do capitalismo como “cassino”, “predatório” ou mesmo “de rapina” - com o fracasso da gestão do capital a longo prazo, que precisou de um socorro de US\$2.3 bilhões, o que aponta aos Estados Unidos que a especulação pode fracassar facilmente. Esta atividade tem,

entretanto, profundos impactos sobre toda a dinâmica de acumulação de capital. Sobretudo, isto facilitou a que o poder político e econômico voltasse a se centrar nos Estados Unidos mas também em mercados financeiros de outros países centrais (Tóquio, Londres, Frankfurt).

Como isto ocorre, depende da forma das alianças intraclasse dominante existentes nos países centrais, da relação de forças entre eles nas negociações de acordos internacionais (como a nova arquitetura financeira internacional implementada depois de 1997-98 para substituir o chamado Consenso de Washington de meados dos anos 90) e das estratégias político-econômicas postas em marcha pelos agentes dominantes com respeito ao capital excedente. A emergência do complexo “Wall Street-Federal Reserve-FMI” dentro dos Estados Unidos, capaz de controlar as instituições globais e projetar um vasto poder financeiro ao redor do mundo através de uma rede de outras instituições financeiras e governamentais, tem jogado um papel determinante e problemático na dinâmica do capitalismo global recentemente. Mas este centro de poder pode apenas operar da forma que faz porque o resto do mundo está interconectado e enquadrado na estrutura das instituições financeiras e governamentais (incluindo as supranacionais). Daí a importância da colaboração entre, por exemplo, bancos centrais das nações do G-7 e os vários acordos internacionais (temporários no caso de estratégias monetárias e mais permanentes no caso da OMC) designados para lidar com dificuldades particulares⁸. E se o poder do mercado não for suficiente para alcançar objetivos particulares e colocar elementos recalcitrantes ou “estados delinquentes” (*rogue States*) na linha, então o inigualável poder militar estadunidense (direto ou indireto) está preparado para resolver a situação.

Este complexo de acordos institucionais deveria, no melhor de todos os capitalismo possíveis, ser utilizado para sustentar e apoiar a reprodução ampliada (crescimento). Mas, assim como a guerra em relação à diplomacia, a intervenção do capital financeiro respaldada pelo poder de Estado equivale à acumulação por outros meios. Uma aliança *non sancta* entre os poderes de Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma a ponta da lança de um “capitalismo de rapina” muito mais dedicado à apropriação e desvalorização de ativos do que à sua construção por meio de investimentos produtivos. Sob as condições de superacumulação, estes “outros meios” podem ser dirigidos para forçar desvalorizações e práticas canibais preferentemente praticadas em espaços alheios e sobre aqueles que têm menos capacidade de reação. Mas como devemos interpretar estes “outros meios” de acumulação ou desvalorização?

Bibliografia:

AMIM, S. (2001). “Imperialism and globalization,” *Monthly Review*, vol. 53, n. 2.

ARENDRT, H. (1968). *Imperialism*. Harcourt Brace: New York.

⁸ Embora um autor não se refira ao outro, Gowan (1999) e Brenner (2002) tecem considerações paralelas a respeito deste assunto.

- BAHWATI, J. (1998) "The capital myth: the difference between trade in widgets and dollars". *Foreign Affairs*, 77.3.
- BRENNER, R. (2002). *The boom and the bubble: the U.S. in the world economy*. London: Verso.
- COOPER, R. (2002). "The new liberal imperialism." *The Observer*, 7/abril.
- GOWAN, P. (1999). *The global gamble: Washington's bid for world dominance*. London: Verso.
- GOWAN, P.; PANITCH, L. & SHAW, M. (2001). "The state, globalization and the new imperialism: a round table discussion". *Historical Materialism*, 9.
- HARVEY, D. (1999). *The Limits to Capital*. Basil Blackwell: London:Verso.
- _____. (2001). *A Spaces of capital: towards a critical geography*. New York: Routledge.
- _____. (2004). *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- HEGEL, G.W. (1967). *The philosophy of right*. New York: Oxford University Press.
- HENDERSON, J. (1999) "Uneven crises: institutional foundations of East Asian economic turmoil". *Economy and Society*, 28, 3 .
- LÊNIN, Vladimir (s/d). *Imperialismo: estágio supremo do capitalismo*. Várias edições.
- IGNATIEFF, M. (2003). "The burden". *New York Times Magazine*, 5 de janeiro.
- PANITCH, L. (2000). "The new imperial state". *New Left Review*, 11.
- PETRAS, J. & VELTMEYER (2001), *Globalization unmasked: imperialism in the 21st century*. London: Zed Books.
- WENT. R. (2002-2003). "Globalization in the perspective of imperialism". *Science and Society*, 66, n.4.